

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 01 - Maio de 2017



Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

Autores:

Paulo Araújo Pontes (IPECE)

Adriana Oliveira Nogueira (CGE)

Cláudio André Gondim Nogueira (IPECE)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geosocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores

Ética e Transparência; Autonomia Técnica; Rigor Científico; Competência e Comprometimento Profissional; Cooperação Interinstitucional e Compromisso com a Sociedade.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Apresentação

O Boletim de Finanças Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta, de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim será normalmente dividido em cinco blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo às notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas, o quarto às despesas e o quinto a uma breve descrição do cenário nacional, que é um importante condicionante da economia estadual. Além dessas divisões, de acordo com a disponibilidade dos dados, a cada dois meses será adicionado um bloco com o resultado primário e, a cada quatro meses, será inserido outro bloco referente à dívida pública estadual.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

NOTAS METODOLÓGICAS, 5

RECEITAS CORRENTES, 6

DESPESAS CORRENTES E DE INVESTIMENTOS,
10

RESULTADO PRIMÁRIO, 17

DÍVIDA PÚBLICA, 18

CENÁRIO MACROECONÔMICO E PERSPECTIVAS,
20

Sumário Executivo

Conforme os dados mais recentes disponíveis indicam, houve um pequeno decréscimo na Receita Corrente Líquida do Estado nos quatro primeiros meses do ano de 2017, e que as despesas correntes caíram menos do que a Receita Corrente Líquida. Dessa forma é recomendável que o Estado continue adotando mecanismos de controle do crescimento da despesa para que essa acompanhe de forma mais aproximada o comportamento das receitas.

Constatou-se, ainda, que a principal fonte de receita corrente do Estado, a arrecadação de ICMS, tem apresentado um comportamento declinante (em termos reais) no começo de 2017 em relação ao mesmo período dos anos anteriores. Entretanto, a arrecadação de IPVA e as transferências do FPE compensaram essa adversidade. Chama atenção o fato da arrecadação de ICMS em abril de 2017 ter sido inferior àquela observada doze meses antes, dado que se esperava que a majoração da alíquota modal de ICMS contribuísse para o incremento da arrecadação.

Outro destaque é o fato das despesas com inativos estarem crescendo mais rápido do que a de ativos, sendo isso um possível indício de que está havendo um incremento na quantidade pedidos de aposentadoria entre os servidores do Estado. Como o gasto com inativos é considerado no cálculo dos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é possível intuir que o Estado passará a contar com um número cada vez menor de pessoal ativo para atender as necessidades da população.

Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados nos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de abr./2017)

Discriminação	Mai/2015 a Abr/2016	Mai/2016 a Abr/2017	Δ%
Receita Corrente Líquida	16.886.893	18.333.484	8,57
ICMS	9.220.886	9.082.198	-1,50
FPE	4.877.031	5.394.955	10,62
IPVA	645.638	667.710	3,42
Despesa Correntes	18.284.040	18.369.748	0,47
DTP	7.438.634	7.522.335	1,13
Despesa com pessoal ativo	6.207.016	6.008.823	-3,19
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	1.953.366	2.004.941	2,64
Despesas com Terceirizações	1.365.683	1.469.821	7,63
Juros e Amortizações	1.311.884	1.277.443	-2,63
Investimentos	2.644.195	2.126.715	-19,57
Resultado Primário	-1.552.300	935.108	-

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano (R\$1.000,00 de abr./2017)

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	Até Abr/2016	Até Abr/2017	
Receita Corrente Líquida	5.848.807	5.825.534	-0,40
ICMS	2.988.643	2.943.331	-1,52
FPE	1.675.581	1.772.027	5,76
IPVA	474.190	488.974	3,12
Despesa Correntes	5.540.781	5.524.754	-0,29
DTP	2.141.661	2.264.949	5,76
Despesa com pessoal ativo	1.864.771	1.842.640	-1,19
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	600.279	632.699	5,40
Despesas com Terceirizações	373.420	353.975	-5,21
Juros e Amortizações	474.637	420.470	-11,41
Investimentos	501.946	437.322	-12,87
Resultado Primário	831.022	833.799	-

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

No que se refere ao cenário macroeconômico nacional, verifica-se que os especialistas de mercado estão, de maneira geral, razoavelmente otimistas em relação à performance da economia brasileira em 2017, em relação aos dois anos anteriores, com expectativas de crescimento positivo do PIB e da produção industrial, e apostando em reduções significativas nas taxas de inflação, de juros básica e de câmbio. A melhoria das condições poderá ter efeitos positivos sobre as finanças públicas federais e estaduais ao longo do ano.

Por outro lado, ainda há fatores importantes de instabilidade a serem considerados e que podem afetar negativamente o quadro delineado acima. Nesse sentido, releva-se o nível de endividamento do setor público como proporção do PIB, cujo valor atualmente esperado para 2017 supera o do ano anterior em mais de cinco pontos percentuais. Ademais, deve ser pesada a instabilidade política e as incertezas decorrentes das reformas trabalhista e da previdência, que se encontram atualmente em processo de votação. No caso, ainda terão que ser avaliados os potenciais efeitos advindos da flexibilização dos contratos de trabalho e das demais medidas aprovadas no âmbito da reforma trabalhista, no sentido de impulsionar a economia e estimular a criação de novos empregos. Já a reforma previdenciária, além de ter efeitos fiscais sobre todas as instâncias do setor público, poderá afetar outros aspectos relevantes da economia, prejudicando o processo de retomada do crescimento econômico e as expectativas dos agentes.

Notas Metodológicas

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

Receitas Correntes

O comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado Ceará, no período de maio de 2016 a abril de 2017, é apresentado na Figura 1, destacando-se que na referida Figura também é apresentado o comportamento da RCL no período imediatamente anterior, ou seja, no interregno iniciado em maio de 2015 e finalizado em abril de 2016.

Figura 1: Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



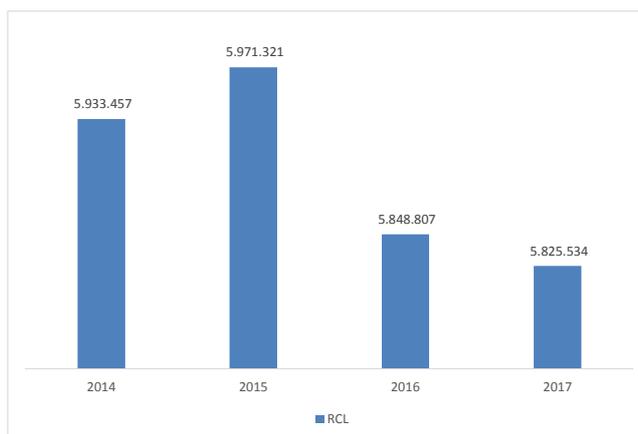
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Do período em análise pode-se constatar que a RCL, dos últimos doze meses, foi de R\$18,3 bilhões e, para os doze meses anteriores, foi de R\$16,9 bilhões, isto é, houve um incremento real de 8,5% da RCL entre os dois períodos. Na Figura 1 constatam-se dois fatos interessantes, sendo o primeiro o significativo incremento da RCL nos meses de novembro e dezembro de 2016, quando comparado ao ano anterior, e de que nos últimos dois meses da série elas estão em nível inferior ao observado um ano antes.

O primeiro fato acima elencado é decorrente das receitas extraordinárias com a arrecadação do ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, de Quaisquer bens ou direitos), em novembro de 2016, e o incremento do FPE (Fundo de Participação dos Estados) no final de 2016. Quanto ao segundo fato deve-se acompanhar o comportamento da RCL nos próximos meses para identificar se a arrecadação de 2017 será inferior ou superior à de 2016.

Já na Figura 2 é apresentado o valor acumulado das receitas correntes nos quatro primeiros meses do ano, sendo possível constatar que o ano de 2017 têm apresentado um volume de receitas um pouco inferior ao de 2016, isto é, a RCL acumulada de 2017 está 0,4% abaixo da registrada em 2016. Se a comparação for com o ano de 2014 contata-se que a RCL, de 2017, está 1,8% inferior a daquele ano. Como será apresentado mais adiante esse comportamento é decorrente, principalmente, da queda das receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços).

Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada nos quatro primeiros meses do ano (R\$ 1.000,00 de abr./2017)

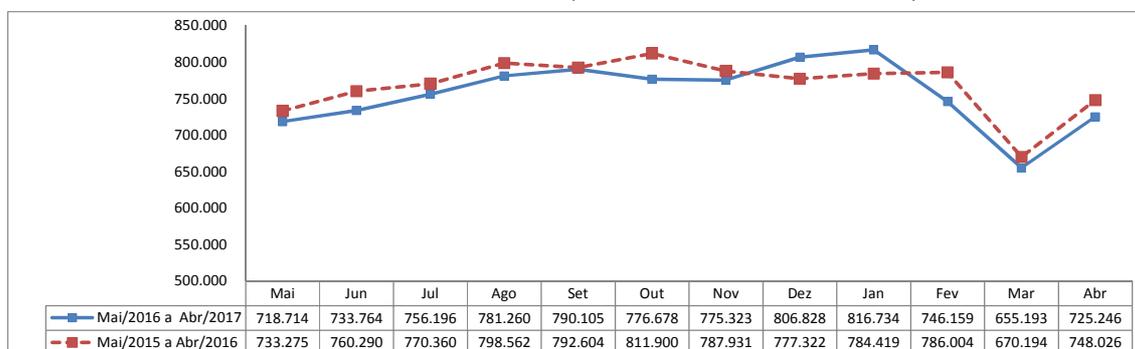


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de abril de cada ano.

A principal fonte de receita corrente do Estado do Ceará é a arrecadação de ICMS que, como se pode verificar na Figura 3, está apresentando arrecadação, nos últimos doze meses, inferior a observada no mesmo período imediatamente anterior. Nos últimos doze meses a arrecadação foi de R\$ 9,1 bilhões e, nos doze meses anteriores, foi de R\$ 9,2 bilhões, isto é, houve uma redução real de 1,5% na arrecadação de ICMS.

Figura 3: Arrecadação de ICMS dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



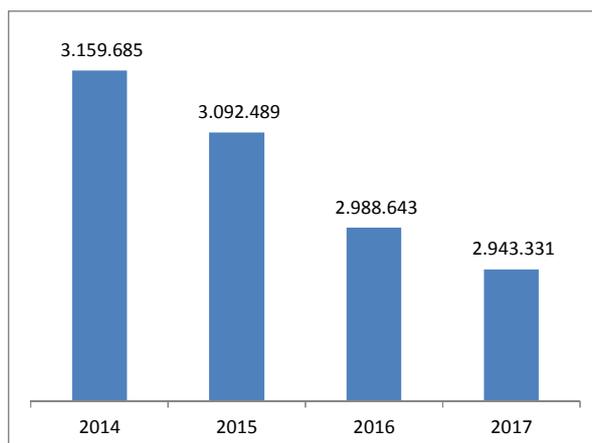
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quanto à arrecadação acumulada nos quatro primeiros meses do ano, cujos dados são apresentados na Figura 4, constata-se que a arrecadação de ICMS em 2017 é a menor dos últimos quatro anos, sendo possível observar uma queda de 6,8% entre a arrecadação de 2014 e 2017.

Considerando-se que, recentemente, foi divulgado que, segundo dados do Banco Central, a economia cearense havia crescido 2,1% até fevereiro de 2017¹, essa queda do ICMS surpreende. Nesse sentido pode-se supor que a recuperação econômica cearense está ocorrendo em setores que não estão na base de incidência de ICMS, maiores investigações são necessárias para validar ou refutar essa hipótese.

¹<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/economia-do-ce-cresce-1-4-2-alta-consecutiva-1.1739450>

Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada nos quatro primeiros meses do ano (R\$ 1.000,00 de abr./2017)

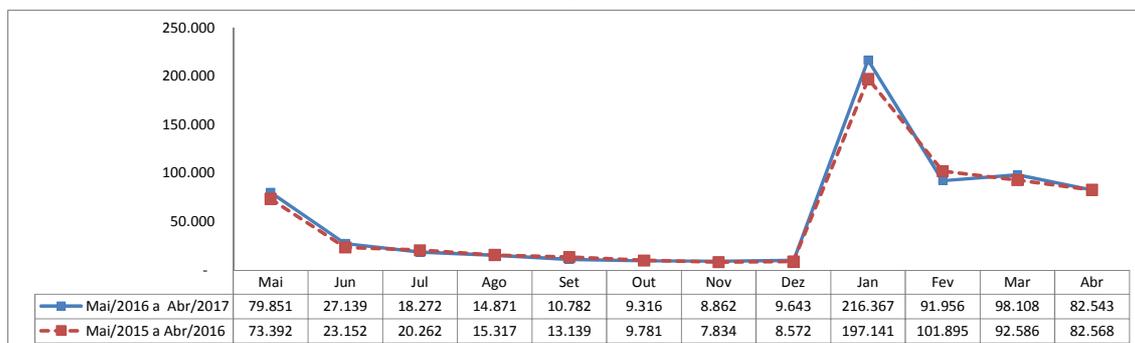


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Outro fato relacionado à arrecadação de ICMS é a elevação da alíquota modal de 17% para 18%, ocorrida no mês de abril de 2017². Dado que a arrecadação, em abril de 2017, ter sido inferior a verificada doze meses antes é possível supor que essa majoração da alíquota ainda não teve o efeito desejado de aumentar a arrecadação.

Quanto à arrecadação de IPVA pode-se observar, na Figura 5, que a arrecadação dos últimos doze meses cresceu, em termos reais, 3,4% quando se compara ao período anterior, ou seja, a arrecadação teve um incremento de R\$ 22 milhões (a preços de abril/2017) entre os dois períodos. É interessante observar que as arrecadações de janeiro e março de 2017 contribuíram significativamente para esse desempenho.

Figura 5: Arrecadação de IPVA dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



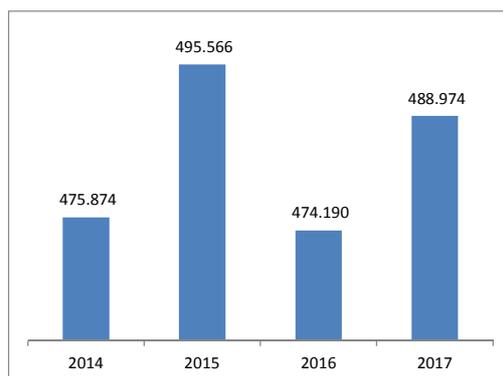
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Comparando-se o desempenho dos quatro primeiros meses do ano, conforme a Figura 6 observa-se que a arrecadação de IPVA cresceu, em termos reais, 3,1% em 2017, quando se compara com idêntico período de 2016. Entretanto, deve-se observar que a arrecadação desse imposto ainda é inferior a de 2015. Uma explicação para o incremento da arrecadação de IPVA foi a mudança de suas alíquotas, no ano de 2015, que passaram a valer no ano de 2017³.

² Ver Lei nº 16.177/2016.

³ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/novas-aliquotas-do-ipva-sao-para-2017-diz-sefaz-1.1435641>

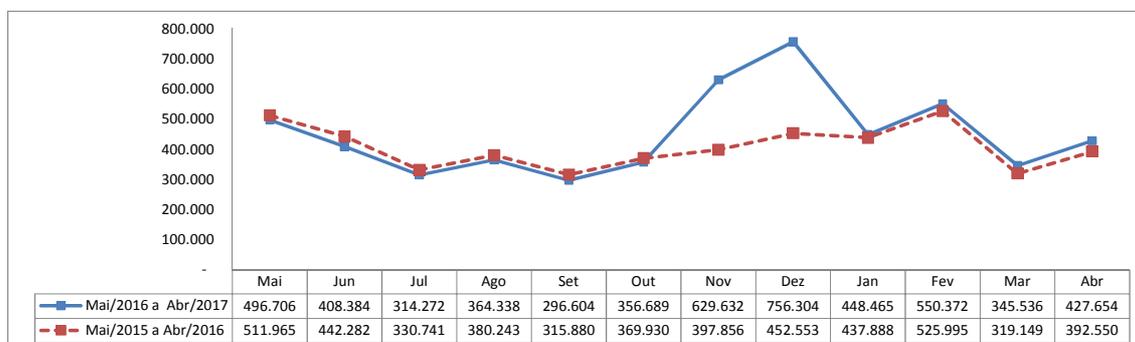
Figura 6: Arrecadação de IPVA acumulada nos quatro primeiros meses do ano (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A segunda maior fonte de receita corrente do Estado do Ceará são os recursos transferidos pela União do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que é constituído por uma fração da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Como se pode observar na Figura 7, os valores transferidos entre novembro de 2016 e abril de 2017 são superiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior, assim, as transferências acumuladas nos últimos doze meses superam àquelas do período imediatamente anterior em 10,6%, ou seja, as transferências tiveram um incremento superior a R\$ 517 milhões. Esse aumento é devido, principalmente, aos recursos arrecadados com a repatriação de recursos ocorridas no final de 2016, que objetivava promover a regularização de ativos mantidos no exterior por brasileiros.

Figura 7: Receitas transferidas do FPE dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de abr./2017)

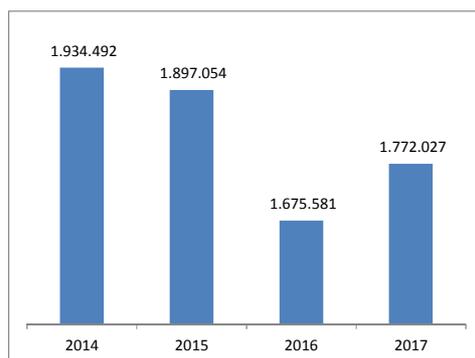


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Relativamente às transferências acumuladas nos quatro primeiros meses do ano constata-se, via inspeção da Figura 8, que há um sensível incremento da arrecadação de 2017, quando se compara com 2016, de 5,8%. Entretanto deve-se frisar que as transferências de 2017 ainda estão 8,4% inferiores àquelas observadas em 2014. Nesse sentido pode-se supor que a recuperação econômica brasileira, captada pelo IBC-BR do Banco Central⁴, pode estar resultando em maior arrecadação tributária da União em 2017.

⁴ <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/04/previa-do-pib-avanca-pelo-segundo-mes-diz-bc>

Figura 8: Receitas transferidas pelo FPE acumulada nos quatro primeiros meses do ano (R\$ 1.000,00 de abr./2017)

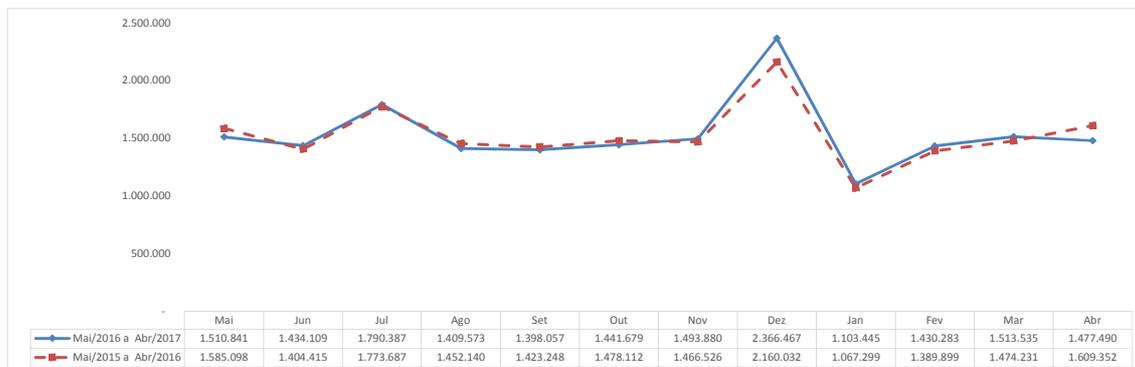


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Despesas Correntes e de Investimentos

Esta parte do Boletim de Finanças Públicas destina-se à análise das despesas do estado do Ceará, sendo, na Figura 9, apresentado o comportamento das despesas correntes dos últimos doze meses, de maio de 2016 a abril de 2017, comparativamente aos doze meses anteriores, de maio de 2015 a abril de 2016. Como se pode observar na referida figura, as despesas correntes nos últimos doze meses estão em nível similar àquelas observadas nos doze meses anteriores (a preços de abril/2017). De fato as despesas correntes dos últimos doze meses registraram um incremento real de apenas 0,5% quando comparado ao período anterior.

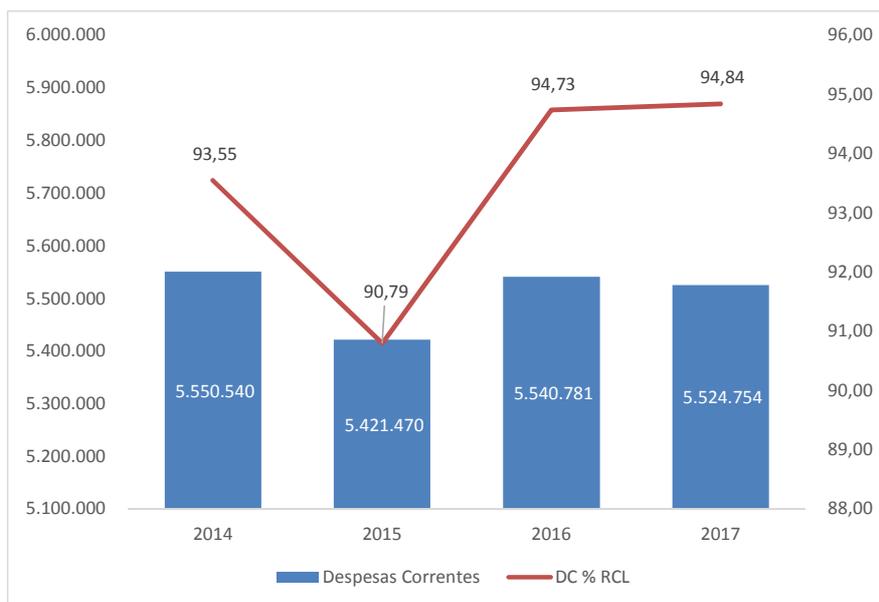
Figura 9: Despesa Corrente dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Ao observar-se o acumulado nos quatro primeiros meses do ano, cujos dados são apresentados na Figura 10, constata-se que as despesas correntes, em 2017, estão 0,29% e 0,46% inferiores às de 2016 e 2014, respectivamente. Observa-se, portanto que, ao longo dos quatro últimos anos, a despesa corrente do Estado caiu menos do que a RCL, cuja redução, como destacado anteriormente, foi de 1,8% entre 2014 e 2017. Constata-se, ainda na Figura 10, que a despesa corrente do Poder Executivo do Estado corresponde a, aproximadamente, 94,8% da RCL acumulada até abril de 2017.

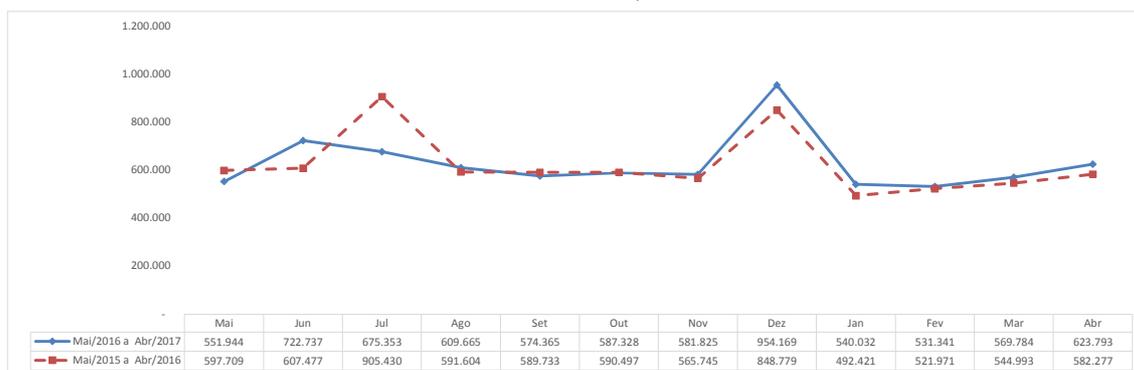
Figura 10: Despesa Corrente acumulada nos quatro primeiros meses do ano (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A principal despesa corrente do estado do Ceará é o gasto com pessoal, cujas informações são apresentadas na Figura 11. No caso, essas despesas totalizaram, nos últimos doze meses, R\$ 7,5 bilhões, valor 1,1% superior ao observado nos doze meses anteriores. Nesse sentido, vale ressaltar que apenas nos últimos seis meses a despesa com pessoal tem se descolado, de forma mais significativa da despesa observada nos doze meses anteriores.

Figura 11: Despesa Líquida com Pessoal dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR

Relativamente aos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos últimos doze meses, a Despesa Total com Pessoal (DTP) representou 41,03% da RCL, valor bem inferior ao limite de alerta (43,74% da RCL). No período imediatamente anterior a DTP

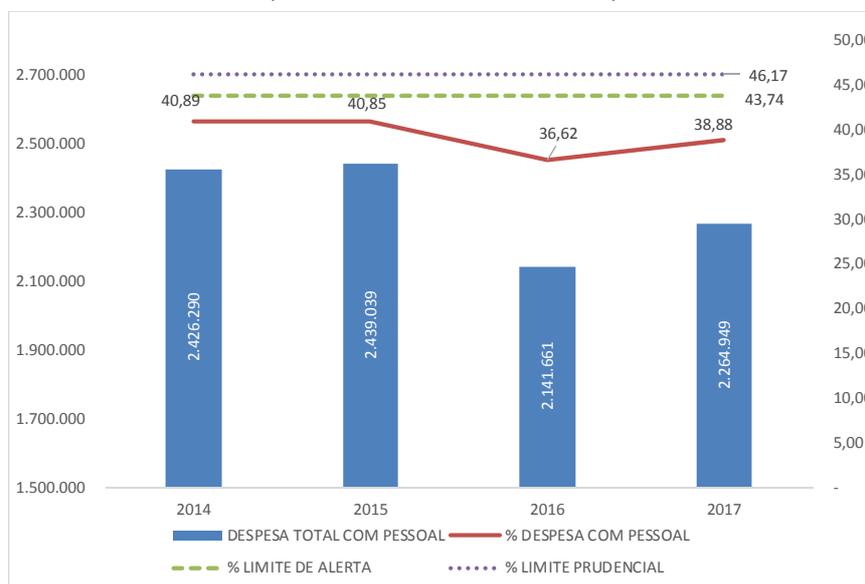
representava 44,05% da RCL. Deve-se considerar que as receitas não recorrentes, no final de 2016, contribuíram para essa significativa redução da DTP⁵.

Deve-se mencionar ainda que três fatos deverão impactar a despesa com pessoal do Estado do Ceará em 2017. O primeiro é que, até abril de 2017, ainda não havia sido incluído na folha de pagamento do Estado a revisão geral de 2% aprovada no mês de março, assim, espera-se que ocorra um maior crescimento da despesa com pessoal em maio do ano corrente.

Em segundo lugar, em março de 2017, foram convocados 1.400 candidatos, aprovados em concurso, para ocuparem cargos na Polícia Militar. O terceiro foi a aprovação de ajuste salarial dos policiais militares e dos agentes do Corpo de Bombeiros. Essas três medidas, em conjunto, representarão um significativo impacto nas despesas com pessoal ativo. Assim, é recomendável um estreito acompanhamento dessas despesas para que se possa mensurar os impactos dessas três medidas.

Quanto às despesas com pessoal acumuladas nos quatro primeiros meses do ano, observa-se que, em 2017, elas estão 5,75% superiores, em termos reais, às verificadas em 2016. Entretanto, elas ainda estão 6,7% abaixo daquelas verificadas em 2014. Considerando-se o nível de comprometimento da despesa com pessoal, relativamente a RCL, contata-se que elas estão relativamente abaixo do nível de alerta da LRF. Esse resultado, para os quatro primeiros meses do ano, é esperado dado que ainda não foram pagos os valores relativos ao 13º salário dos servidores públicos.

Figura 12: Despesa com Pessoal acumulada nos quatro primeiros meses do ano (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

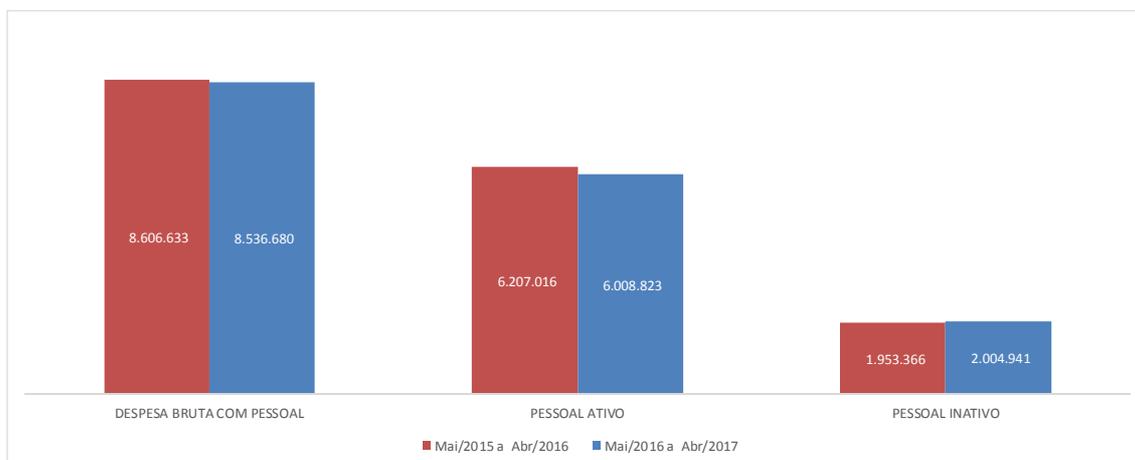
Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Quanto à despesa com pessoal deve-se observar que seus dois principais componentes são a despesa com pessoal ativo e inativo que, conforme pode-se verificar na Figura 13, apresentam comportamentos distintos. Nesse sentido, observa-se que enquanto a

⁵ Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.

despesa com pessoal ativo caiu 3,2% a despesas com pessoal inativo cresceu 2,6%, quando se compara os últimos doze meses com o período imediatamente anterior.

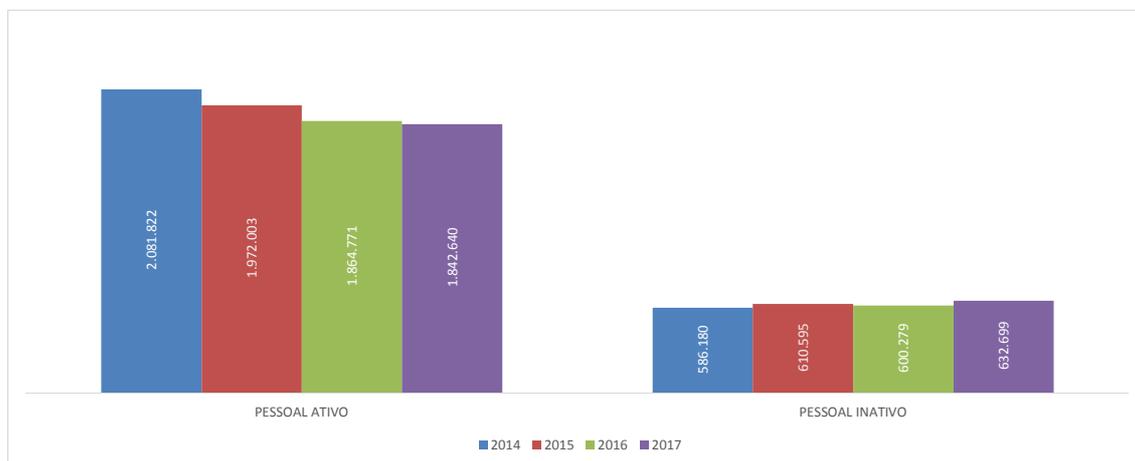
Figura 13: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Essa tendência de queda do gasto com pessoal ativo pode ser observada também quando se comparam os gastos nos quatro primeiros meses, ver a Figura 14, dos últimos quatro anos, ou seja, a despesa com ativos caiu 11,5%, entre 2014 e 2017, enquanto a despesa com pessoal inativo, apesar de um ligeiro decréscimo em 2016, aumentou em 7,9%. Dado o maior crescimento do gasto com pessoal inativo torna-se necessário um constante monitoramento da evolução dessa despesa visando adotar medidas que garantam a sustentabilidade da previdência estadual.

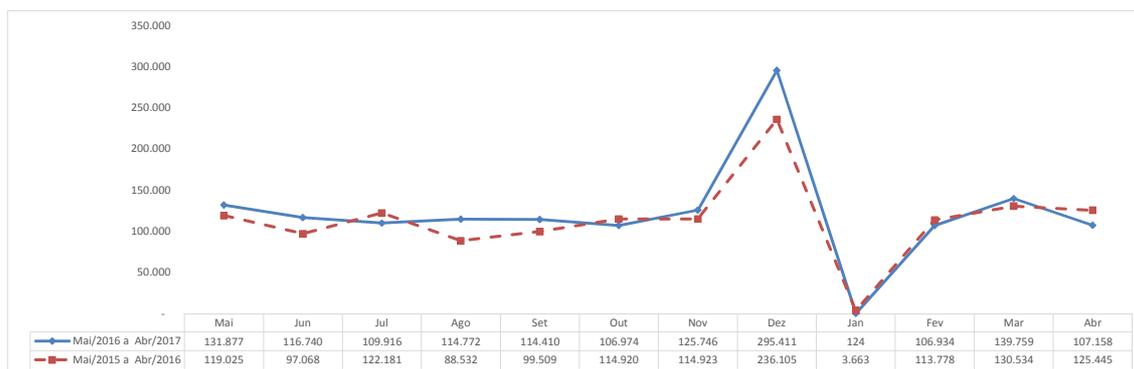
Figura 14: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada nos quatro primeiros meses do ano (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Outra importante despesa corrente do Governo do estado do Ceará refere-se à locação de mão de obra que, nos últimos doze meses, alcançou a cifra de R\$ 1,4 bilhão, valor 7,6% superior ao verificado nos doze meses anteriores. Destaque-se que esse valor equivale a 8,0% da RCL do período. Nos doze meses anteriores essa despesa foi de 8,1% da RCL.

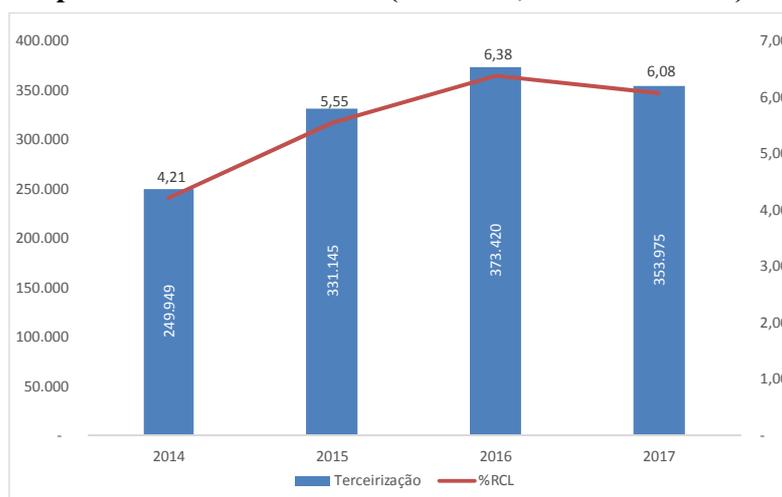
Figura 15: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quando o período de comparação são os quatro primeiros meses de cada ano, conforme os dados apresentados na Figura 16, constata-se que as despesas com locação de mão-de-obra cresceram 41,6% entre os anos de 2014 e 2017, tendo, em 2014, representado 4,2% da RCL e, em 2017, 6,08% da RCL.

Figura 16: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços acumulada nos quatro primeiros meses do ano (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O Governo do Estado do Ceará, nos últimos doze meses, pagou a título de juros e amortizações de sua dívida um total de R\$ 1,2 bilhão (a preços de abril de 2017), o que representou 7,0% da RCL do período. Esse montante foi 2,6% inferior ao observado nos doze meses anteriores, quando foram pagos R\$ 1,3 bilhão, comprometendo 7,8% da RCL. O limite com essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL.

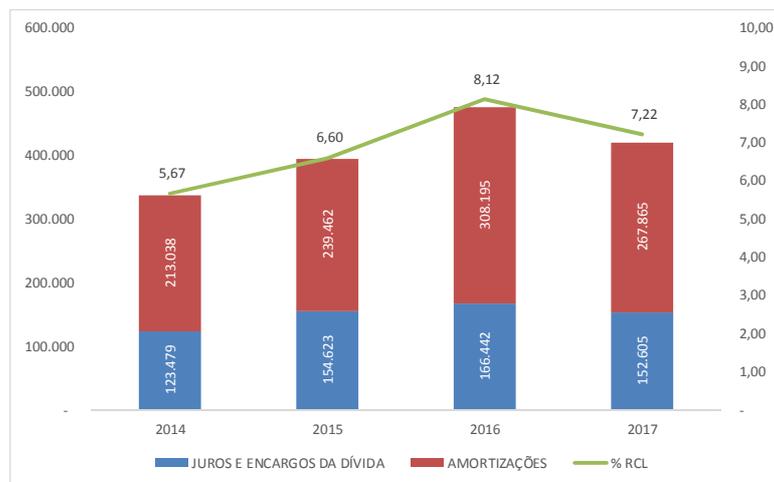
Figura 17: Despesas com Juros e Amortizações (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

No acumulado de janeiro a abril de 2017, constata-se, como pode ser visto na Figura 18, que a despesa com pagamento de Juros e Amortizações apresentou um padrão de crescimento entre os anos 2014 e 2016, havendo um declínio nos pagamentos dessas rubricas em 2017. Essas despesas representaram 5,7%, em 2014, e 7,2%, em 2017, da RCL acumulada no período. A redução no pagamento de juros e amortizações, em 2017, pode estar relacionada à variação cambial do período, dado que parte da dívida pública estadual foi contratada com entidades estrangeiras.

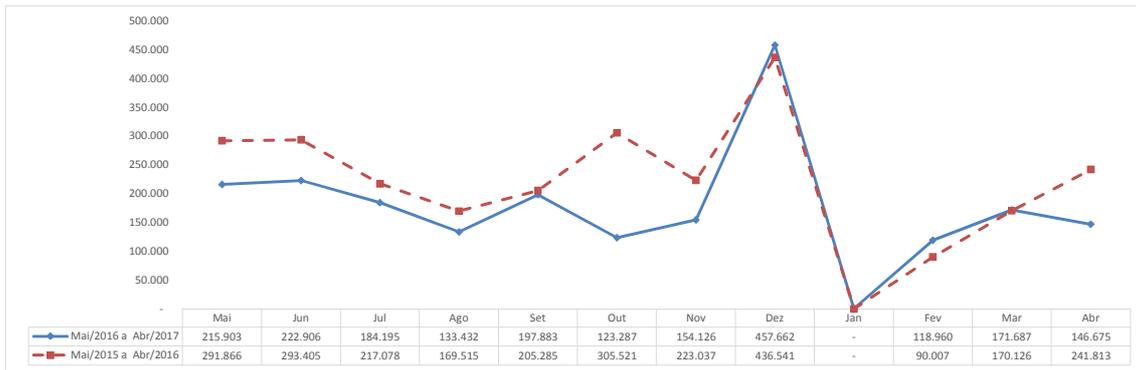
Figura 18: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas nos quatro primeiros meses do ano (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O comportamento, nos últimos doze meses, do último gasto analisado nesse Boletim, a despesa de investimento, que é uma despesa de capital, é apresentada na Figura 19. Como é possível apurar na referida Figura, os investimentos dos últimos doze meses foram sistematicamente inferiores aos dos doze meses anteriores, representando uma redução de R\$ 517 milhões, ou 19,5% a menos, em termos reais, do que fora investido no período imediatamente anterior.

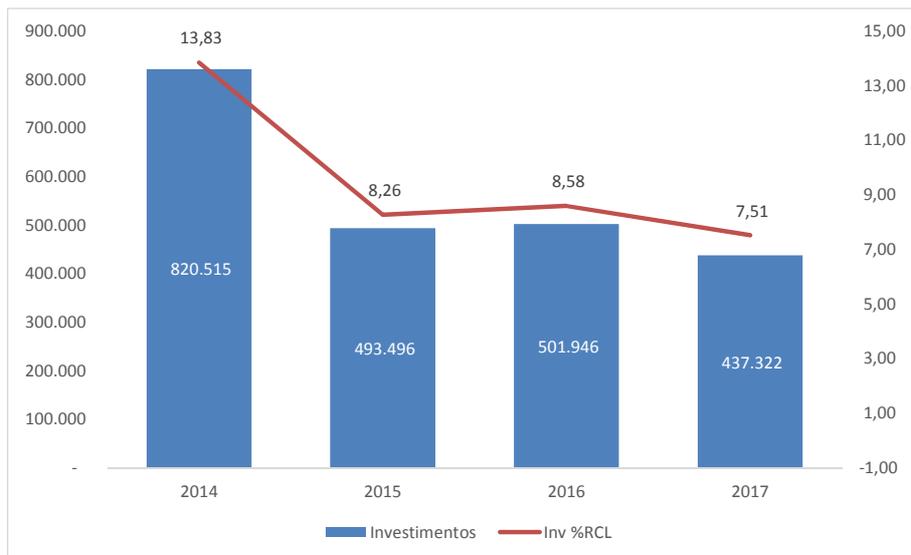
Figura 19: Investimentos dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Se a análise deter nos quatro primeiros meses de cada ano, conforme a Figura 20, observa-se que os investimentos do estado do Ceará acumulados em 2017 estão em um nível inferior ao dos anos anteriores. Constata-se, ainda na Figura 20, que as despesas com investimentos, até abril de 2017, representaram 7,5% da RCL acumulada no ano. Esse nível é significativamente inferior ao verificado em 2014 (13,8% da RCL).

Figura 20: Investimentos acumulados nos quatro primeiros meses do ano (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



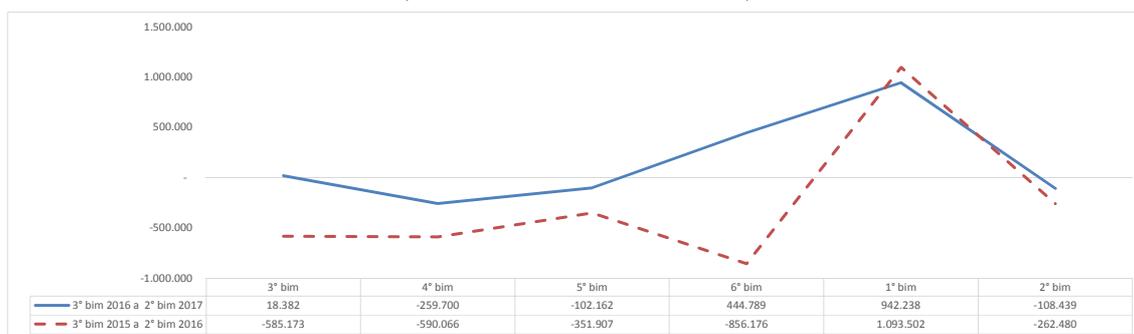
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Resultado Primário

Devido à disponibilidade de dados, este bloco do boletim destina-se à análise do resultado primário do Estado, tendo-se utilizado para esse fim os dados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) divulgados pela SEFAZ. Nesse sentido, optou-se por considerar o resultado sem as deduções autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), dado que ao considerá-las pode-se concluir que a dívida pública estadual está caindo⁶, se for reportado um *superávit* primário no RREO, e, quando se analisa a dívida pública constatar o seu aumento no mesmo período.⁷

Assim, na Figura 21, são apresentados os valores dos resultados primário dos últimos seis bimestres, sendo possível constatar que entre o 3º bimestre de 2016 e o 2º bimestre de 2017 foi registrado *superávit* primário em três bimestres. Já nos seis bimestres anteriores só foi registrado *superávit* em um bimestre. No acumulado dos seis bimestres registrou-se um *superávit* de R\$ 935 milhões, até 2º bimestre de 2017, enquanto nos seis bimestres anteriores foi registrado um déficit de R\$ 1.552 milhões.

Figura 21: Resultado Primário dos seis últimos bimestres (R\$ 1.000,00 de abr./2017)



Fonte: SEFAZ.

Quanto ao resultado primário acumulado nos dois primeiros bimestres de 2017 constata-se que o *superávit* observado em 2017 está muito próximo do verificado em 2016. Contudo, esse valor está bem abaixo dos resultados primários dos dois primeiros bimestres de 2015 e 2014. Quanto ao resultado de 2017 deve-se frisar que ele está acima

⁶ Como pode ser observado na Tabela abaixo o resultado primário de 2014 foi um *superávit* de R\$ 606 milhões, sem as deduções o resultado seria um déficit de \$1.773 milhões, porém a dívida teve um incremento de R\$ 2.249 milhões entre 2013 e 2014. Como pode-se observar a variação da dívida entre 2013 e 2014 não é compatível com o *superávit* primário reportado no RREO do 6º bimestre de 2014. É interessante observar que esse mesmo argumento é válido para o ano de 2015.

Resultado primário com e sem deduções previstas (R\$ 1.000,00 de abr./2017)

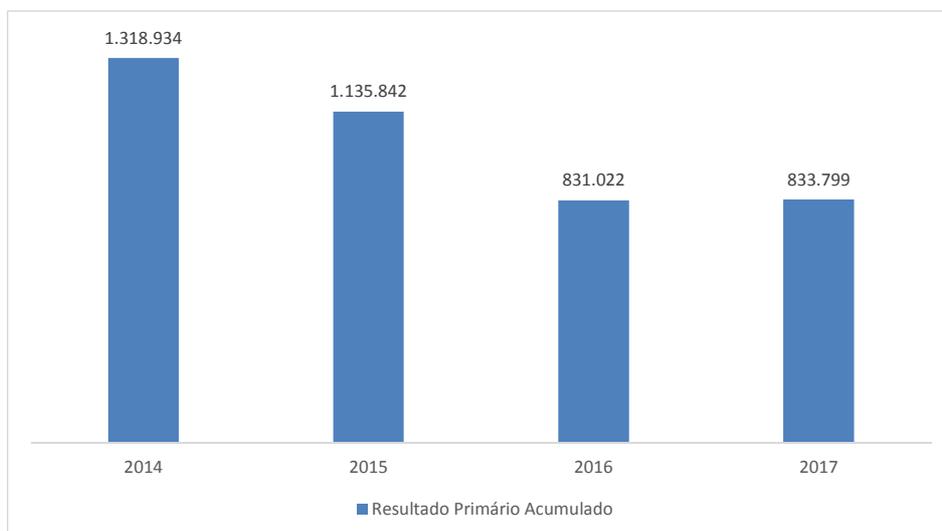
Ano	Resultado	Resultado sem Deduções	Dívida
2013	-	-	4.987.278,04
2014	606.263,97	-1.773.140,67	7.236.943,40
2015	571.447,54	-1.247.480,44	10.068.966,41
2016	1.882.802,54	932.331,69	7.861.486,99

Fonte: SEFAZ

⁷ Além disso a adoção das deduções inviabiliza análises comparativas com períodos em que elas não foram adotadas.

da meta estabelecida para o ano que é de R\$ 460,2 milhões (ver o RREO do 2º bimestre de 2017).

Figura 22: Resultado Primário acumulado até o segundo bimestre (R\$ 1.000,00 de abr./2017)

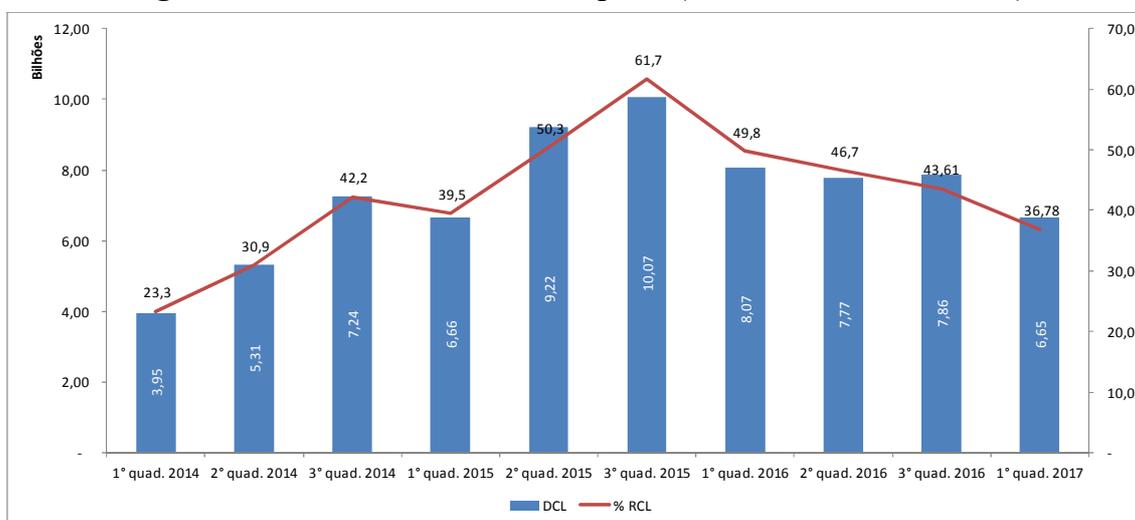


Fonte: SEFAZ.

Dívida Pública

Esta parte do boletim dedica-se a uma breve análise da dívida pública cearense. Em primeiro lugar frise-se que a dívida é uma variável de estoque, o que difere das demais abordadas nesse documento que são variáveis de fluxo. Como pode ser observado na Figura 23, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) do Ceará cresceu entre o primeiro quadrimestre de 2014 e o 3º quadrimestre de 2015, tanto em termos absolutos com relativos à RCL, atingindo seu nível máximo, de 61,7% da RCL, no fim desse período. Posteriormente a DCL passou a cair, alcançando o patamar de 36,8% da RCL no primeiro quadrimestre de 2017.

Figura 23: Dívida Consolidada Líquida (R\$1.000,00 de abr./2017)

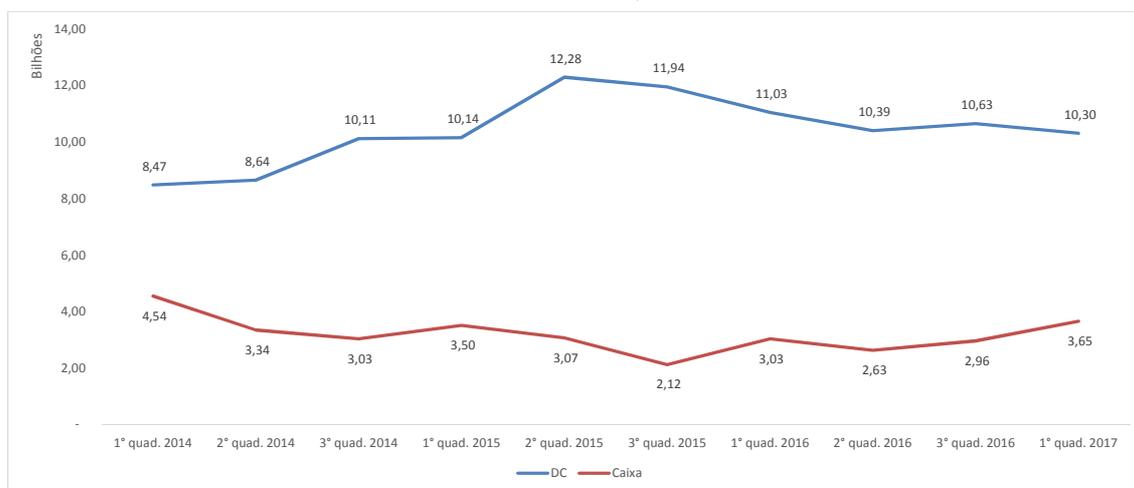


Fonte: SEFAZ.

Pode-se considerar, de forma resumida, que a DCL é composta da Dívida Consolidada (DC) menos as disponibilidades de caixa do Governo do Estado, sendo possível, portanto, reduzir a DCL ou pela redução da DC ou via aumentos da disponibilidade de caixa. Nesse sentido, a Figura 24 apresenta o comportamento das disponibilidades de caixa e da DC do Governo do Ceará entre os 1º quadrimestres de 2014 e 2017.

Constata-se, via inspeção da Figura 24, que a queda da DCL, abordada anteriormente, foi resultado tanto da redução, de R\$ 1,6 bilhão, da DC como da elevação, de R\$ 1,5 bilhão, das disponibilidades de caixa durante o ano de 2016. Ou seja, enquanto a DC foi reduzida em 13,8% a disponibilidade de caixa cresceu 72,4%.

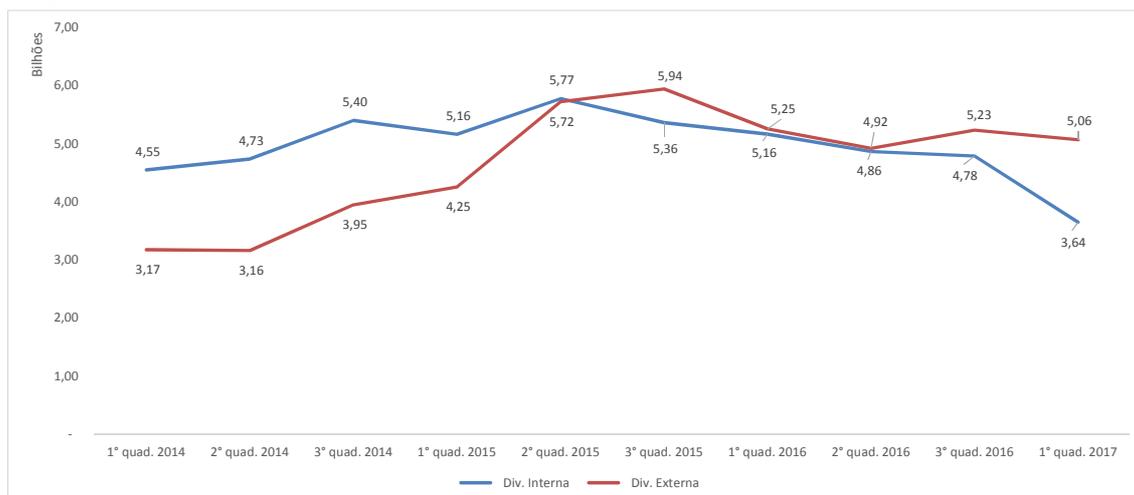
Figura 24: Dívida Consolidada X Disponibilidade de Caixa (R\$ bilhões de abr./2017)



Fonte: SEFAZ.

Com base na composição da Dívida Consolidada do Estado, cujos dados são apresentados na Figura 25, percebe-se que, no período compreendido entre o primeiro quadrimestre de 2014 e 2017, houve uma mudança, dado que a dívida interna foi reduzida e a externa cresceu em, aproximadamente, 60%. Uma implicação dessa estratégia, de incrementar a dívida externa em detrimento da interna, é que variações da DCL e do pagamento dos serviços da dívida tornam-se mais sensíveis às variações cambiais. Assim, espera-se que quando houver maior volatilidade da taxa de câmbio, como as que ocorreram em 2015 e 2016, a dívida pública cearense varie de forma significativa independentemente do resultado primário do Governo do Estado.

Figura 25: Dívida Interna e Externa do Estado do Ceará (R\$ bilhões de abr./2017)



Fonte: SEFAZ.

Cenário Macroeconômico e Perspectivas

A análise do cenário macroeconômico atual considera basicamente o acompanhamento das medianas das expectativas de mercado apresentadas semanalmente no Boletim FOCUS do Banco Central do Brasil para o ano corrente. No caso, são consideradas seis variáveis que potencialmente podem trazer mais repercussões sobre as finanças estaduais, quais sejam: (i) PIB (% do crescimento); (ii) Produção Industrial (% do crescimento); (iii) IPCA (%); (iv); Meta Taxa Selic - fim do período (% a.a.); (v) Taxa de Câmbio - fim do período (R\$/US\$); e (vi) Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB).

O dados referentes ao acompanhamento semanal das referidas variáveis são apresentados na Figura 26.

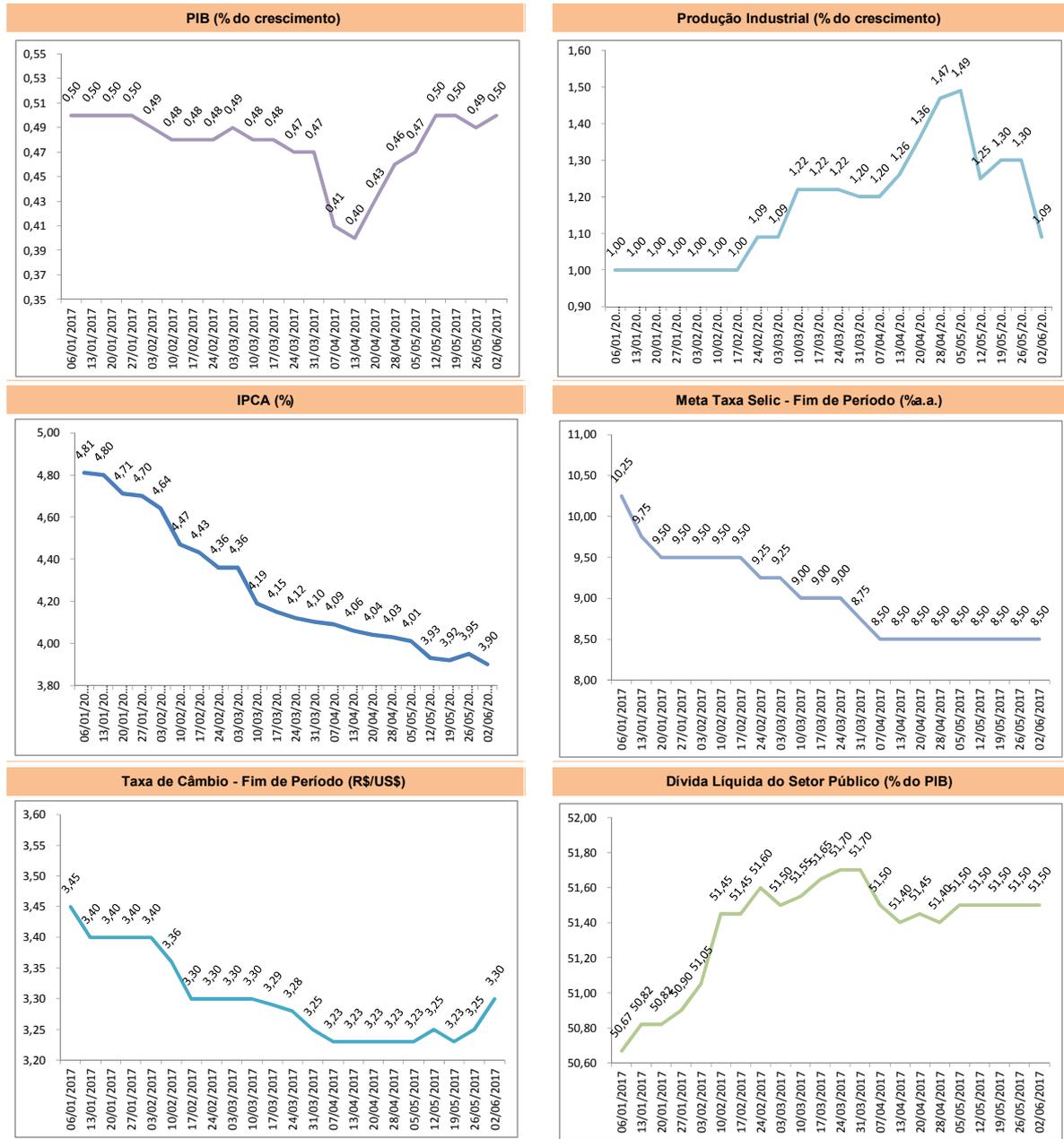
Considerando primeiramente as expectativas para a variação do PIB em 2017, tem-se uma perspectiva de crescimento positivo, em torno de 0,50%. Mais especificamente, as previsões medianas dos analistas de mercado vinham se reduzindo paulatinamente, mas de forma lenta, até meados do mês de abril, quando passaram a crescer, voltando ao patamar inicial em 02/06/2017. Com as potenciais votações das reformas trabalhistas e da previdência no Congresso Nacional e a crise política do período corrente, deve-se acompanhar cuidadosamente o comportamento dessas previsões nas próximas semanas para se ter uma melhor previsão da performance da economia nacional neste ano. De toda forma, um aspecto animador dessas expectativas está na perspectiva de interrupção do ciclo recente de queda acentuada da atividade econômica verificada em 2015 e 2016⁸.

Esse relativo otimismo do mercado também vinha se verificando no que se refere à produção industrial, cujas medianas das previsões de crescimento para 2017 vinham

⁸ Conforme projeções do IPECE e do IBGE, em 2015 e em 2016, a economia brasileira apresentou taxas de crescimento negativas de -3,77% e -3,59%, respectivamente. Esses movimentos foram também verificados, mas de forma ainda mais intensa, na economia cearense com taxas iguais a -4,55% e -5,33% nos mesmos anos.

aumentando até meados de maio. Entretanto, diante da maior incerteza do período corrente, essas previsões têm sido revisadas para baixo, atingindo 1,09% no Boletim de 02/06/2017. Apesar do crescimento previsto não ser considerável, mais uma vez, este resultado sugere a interrupção de um ciclo de queda expressivo em anos anteriores⁹.

Figura 26: Acompanhamento do cenário macroeconômico com base nas expectativas de indicadores selecionados do Boletim FOCUS para 2017



Fonte: Boletim FOCUS-BACEN. Elaboração: IPECE.

Obs.: Atualizado até o boletim de 02/06/2017.

⁹ De fato, a indústria foi um dos setores mais afetados pela crise recente da economia brasileira. Conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE, durante o período 2014-2016, a produção física da indústria brasileira apresentou variações negativas, respectivamente iguais a -4,2%, -9,8% e -6,1%. Essa trajetória foi verificada para a indústria cearense, com variações iguais a -2,5% (2014), -9,9% (2015) e -5,2% (2016).

Assim, se a indústria e a economia brasileira voltarem a crescer, e se esse movimento for acompanhado pela economia cearense, cria-se a expectativa para um paulatino aumento da arrecadação do ICMS e do IPVA, bem como das transferências dos recursos provenientes do FPE em decorrência da maior arrecadação de impostos federais (como, por exemplo, o IPI) no Estado.

A inflação, medida pelo IPCA, também apresenta perspectivas animadoras conforme as expectativas dos especialistas de mercado. No caso, o ano de 2017 iniciou com uma previsão de inflação para o ano de 4,80%, que vem sendo reduzida consistentemente a longo dos cinco primeiros meses do ano. Atualmente, espera-se que a referida taxa fique em torno de 3,90%, abaixo do centro da meta estabelecida pelo Banco Central.

Um aspecto importante a se considerar é que a queda das expectativas da inflação vem sendo acompanhada por previsões medianas cada vez menores para a Taxa Selic no final do ano, que tende, de acordo com os especialistas de mercado, a se estabilizar em 8,50% em 2017.

Então, com a previsão de inflação sob controle e de taxas de juros mais baixas, gera-se a expectativa de um cenário econômico mais estável que pode ajudar na recuperação da economia e, em específico, de setores que dependem do crédito e das expectativas dos agentes, como a construção civil e o comércio de bens duráveis. Desta forma, se esse quadro se concretizar, o que certamente depende da melhora do quadro atual de crescente incerteza decorrente da crise política, também é possível esperar potenciais elevações na arrecadação e nas transferências via FPE ao longo do ano. Ademais, deve-se ressaltar que a redução da taxa de juros também pode ter um impacto significativo sobre o pagamento de juros, cuja redução pode auxiliar o Governo do Estado no controle de suas contas.

Os especialistas de mercado, segundo as previsões mais recentes, também vêm acreditando que a taxa de câmbio deve terminar o ano em um patamar inferior ao que foi previsto inicialmente, estabilizando-se em torno de R\$ 3,30 por US\$ 1,00. Vale ressaltar, entretanto, que nas últimas duas semanas houve um pequeno ajuste das expectativas para cima devido ao quadro de instabilidade descrito acima.

Mas, apesar disso, até o momento ainda se acredita em certa estabilidade dessa taxa em um patamar não muito alto, o que facilita o controle da inflação em níveis compatíveis com a meta proposta pelo Banco Central. Adicionalmente, isto também reduz os pagamentos de juros e amortizações da dívida pública contratada em Dólar o que, por sua vez, afeta positivamente o fluxo de caixa e controle das contas do estado do Ceará.

Finalmente, no que se refere à dívida líquida do setor público, as previsões sinalizam para uma elevação da mesma, atingindo um patamar em torno de 51,5% do PIB em 2017, conforme as expectativas registradas nas últimas semanas. Em 2016, este percentual foi de 46,2%, o que indica que os especialistas ainda esperam um crescimento significativo do endividamento do setor público, apesar da expectativa de queda da taxa de juros básica da economia e da taxa de câmbio. Esse é um indicador importante, que deve ser acompanhado cuidadosamente, pois, o seu crescimento intenso pode trazer repercussões importantes para o controle das contas e para a capacidade de realização de investimentos pelo setor público. O elevado endividamento, também, pode impedir reduções mais significativas da taxa de juros básicas se o mercado acreditar que o setor público, e em particular, o Governo Federal não for capaz de honrar adequadamente os seus compromissos com juros e amortizações.

Portanto, verifica-se que os especialistas de mercado estão, de maneira geral, razoavelmente otimistas em relação à performance da economia brasileira em 2017, o que pode implicar em melhorias nas finanças públicas federais e estaduais ao longo do ano. Entretanto, devem ser considerados alguns relevantes fatores de instabilidade que ainda podem comprometer as perspectivas apresentadas.

Mais especificamente, conforme foi mencionado antes, as reformas trabalhista e da previdência estão em processo ou na perspectiva de serem votadas, havendo ainda certa indefinição quanto aos formatos finais das propostas e, principalmente, os seus efeitos sobre a economia. No caso, ainda terão que ser avaliados os potenciais efeitos advindos da flexibilização dos contratos de trabalho e das demais medidas aprovadas no âmbito da reforma trabalhista, no sentido de impulsionar a economia e estimular a criação de novos empregos. Já a reforma previdenciária, além de ter efeitos fiscais sobre todas as instâncias do setor público, poderá afetar outros aspectos relevantes da economia¹⁰, prejudicando o processo de retomada do crescimento econômico e as expectativas dos agentes. A isso, soma-se a crescente instabilidade política, que causa ainda mais indefinição ao quadro.

¹⁰ Em artigo publicado na Folha de São Paulo em 02/05/2017, os economistas Flávio Ataliba Barreto e Carlos Alberto Manso citam alguns desses aspectos, tais como os impactos negativos sobre a poupança agregada, uma vez que a proposta em discussão exigirá níveis maiores de transferências de quem tem maior propensão a poupar para inativos, e os efeitos sobre os incentivos à educação, dada a perda real de renda das famílias.